

As influências das agostinianas em Goiás no movimento ultramontano**The influences of the augustinians in Goiás on the ultramontan movement**

DOI:10.34117/bjdv6n1-227

Recebimento dos originais: 30/11/2019

Aceitação para publicação: 22/01/2020

Fabiana Aparecida de AndradeGraduada em História (UEG-Morrinhos), Mestre em Educação-UFG
fabieemy@hotmail.com**Suleny Maria Silveira**Graduada em Letras (UEG-Morrinhos), Mestranda em Educação Profissional e Tecnológico (IFG-Morrinhos).
tiasu13@hotmail.com**Cinthia Maria Felício**Doutora em Educação, Docente do Instituto Federal Goiano- Morrinhos
profacmfelicio@gmail.com**Ana Maria Gonçalves**Doutora em Educação, Docente da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão
anamaria-souza2010@hotmail.com**RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo apontar as influências da Congregação Agostinianas no Movimento Ultramano, por via da missão pedagógica. Trata-se de um ramo especificamente feminino na ordem do Santo Agostinho, cuja filosofia é a busca “da verdade do Amor Total, numa disponibilidade ao chamado do Espírito Santo para seguir a Cristo por meio da Educação e da Promoção Humana” (SAMPAIO e ROSA, 2006, p.18). Seu carisma constituído em função dessa missão e, por meio da ação educativa segue com fidelidade às exigências da religião difundia o movimento Ultramontano. A Congregação foi fundada na Espanha em 1890, vieram para o Brasil, especificamente Catalão-GO, em 1921, com a finalidade de assumir a educação de crianças e jovens, espalhando por toda regiões posteriormente. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado em Educação, caracteriza-se como documental e se orientou pelas contribuições teóricas de Le Goff (1992) e Mogarro (2005). Considerando a importância da ação das Agostinianas no Estado de Goiás, que se insere no campo da História da Educação baseada nas concepções da Nova História se propôs pensar o trabalho desenvolvido por essas religiosas.

Palavras-Chave: Ultramontano; História da Educação; Agostinianas; Catolicismo.**ABSTRACT**

This research aims to point out the influences of the Augustinian Congregation in the Ultraman Movement, through the pedagogical mission. It is a specifically feminine branch in the order of Saint Augustine, whose philosophy is the search for “the truth of Total Love, in a willingness to the call of the Holy Spirit to follow Christ through Education and Human Promotion” (SAMPAIO and ROSA , 2006, p.18). His charism constituted in function of this mission and, through educational action, he faithfully follows the demands of religion, spreading the Ultramontano movement. The Congregation was founded in Spain in 1890, they came to Brazil, specifically Catalão-GO, in 1921, with the purpose of taking on the education of children and young people, spreading throughout regions afterwards.

The present work is the result of a master's research in Education, characterized as documentary and was guided by the theoretical contributions of Le Goff (1992) and Mogarro (2005). Considering the importance of the action of the Augustinians in the State of Goiás, which is inserted in the field of History of Education based on the conceptions of New History, it was proposed to think about the work developed by these sisters.

Keywords: Ultramontane; History of Education; Augustinians; Catholicism.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa em História da Educação surgiu quando estava cursando a graduação em História na Universidade Estadual de Goiás (UEG), unidade de Morrinhos. Optei, no trabalho de conclusão de curso, pelo estudo da História da Educação em Morrinhos, interior de Goiás, e iniciei a pesquisa a partir de um levantamento de fontes. Então, frequentei os arquivos de todas as escolas estaduais da cidade.

Ao ingressar no Mestrado em Educação, apresentei como proposta pesquisar a *Escola Normal Senador Hermenegildo Lopes de Moraes*. Porém, era preciso delimitar o foco. Com as orientações frequentes, consegui ir demarcando o objeto de pesquisa, até chegar à análise de como se dava a educação feminina no *Colégio das Freiras*. Um conjunto de documentos permitiu aproximar da compreensão das práticas educativas e sua interface com o catolicismo ultramontano, o carisma da congregação e o papel atribuído à mulher na sociedade da época.

Situada no sul de Goiás, a cidade de Morrinhos ficou conhecida por sua forte influência política e econômica no estado ao longo da Primeira República. No âmbito educacional, de acordo com Alves (2007), a primeira escola do município foi criada em 1846, à época Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos. Mas foi no decorrer do século XX que Morrinhos se expandiu demograficamente, tornando-se uma das maiores cidades do estado, o que se explica em razão do desenvolvimento da agricultura e pecuária, segundo dados levantados por Alves (2007).

Em 1937, Maria Amabini de Moraes, viúva do Senador Hermenegildo Lopes de Moraes¹, doou à mitra da Arquidiocese de Goiás uma casa e um terreno destinados à fundação de uma Escola

¹ O Senador Hermenegildo Lopes de Moraes era filho do Cel. Hermenegildo Lopes de Moraes, que nasceu na Cidade de Goiás e passou parte da sua vida em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), até se instalar em Morrinhos, em 1870. Ele enriqueceu por conta da Guerra do Paraguai, fornecendo sal para o exército, o que levou a ser o maior comerciante atacadista do estado de Goiás. Acumulou mais de trinta fazendas, além de emprestar dinheiro para o Sudeste goiano e para o Triângulo Mineiro. Segundo Fonseca (1998), o Cel. Hermenegildo teve grande destaque não somente pelo poder econômico, como também pela atuação na política, nas esferas estadual e federal. De acordo com autora, Morrinhos tinha um característico coronel, o qual possuía uma das maiores fortunas de Goiás, lembrando que na época, em termos de economia, a situação do estado era crítica.

Doméstica². Para direção dessa instituição de caridade, o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira convidou as freiras Agostinianas³. Essa casa começou a funcionar em março de 1937.

Com o intuito de sustentar a escola doméstica, obra de beneficência que oferecia instrução gratuita para meninas pobres, e, também, com vistas a difundir a instrução para meninas da elite, as irmãs criaram um Curso Primário e um Jardim da Infância. Com o encerramento das atividades da *Escola Normal de Morrinhos*, em 1939, essa escola católica passou a oferecer, também, o Curso Normal, como escola somente de meninas, sob a denominação *Escola Normal Senador Hermenegildo Lopes de Moraes*. Essa escola, popularmente conhecida como *Colégio das Freiras*, ficou com a responsabilidade de educar meninas, a fim de se tornarem boas mães, boas esposas e disseminadoras dos bons costumes, pautados na moral católica.

Dados apresentados por Sampaio e Rosa (2006) na obra intitulada “História que se torna vida: Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus”, que trata da trajetória da Congregação Agostiniana no Brasil, permitem perceber o sentido da sua missão pedagógica. Essa congregação é um ramo especificamente feminino da ordem de Santo Agostinho, cuja filosofia é a busca do “[...] amor total, da verdade, numa total disponibilidade ao chamado do Espírito, para seguir a Cristo por meio da Educação e Promoção Humana”. (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 18) Seu carisma é constituído em função dessa missão, e, por meio da ação educativa, segue com fidelidade as exigências da religião, de acordo com cada época.

A referida congregação foi fundada na Espanha, em 1890. As Agostinianas Missionárias vieram para o Brasil, especificamente para Catalão-GO, em 1921, com o propósito de assumir a educação de crianças e jovens. Posteriormente, espalharam-se por outras regiões. Segundo Silva (1995), em 1939, a congregação instalou-se em Morrinhos, o que foi benéfico para a cidade, inaugurando um novo tempo.

A presença das Agostinianas na cidade de Morrinhos constitui um capítulo importante da ação da Igreja Católica na instrução goiana. Elas acolheram o chamado do arcebispo de Goiás; assumiram a direção da escola doméstica; e criaram um Curso Primário, um Jardim da Infância e um Curso Normal. E, “guiadas pelo ardente zelo da religião e instrução” (ESTATUTO, 1939), dedicaram-se a formar professoras por três décadas.

Considerando a importância da ação educacional das Agostinianas no estado de Goiás, especialmente em Morrinhos, esta pesquisa tem como recorte temporal o período compreendido entre 1939 e 1968. O ano de 1939 é um marco porque corresponde à criação do Curso Normal na *Escola*

²Escola Doméstica tinha como pretensão educar mulheres pobres para projetar boas mães de família. (ESTATUTO, 1938)

³ Inicialmente, o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira convidou as Franciscanas para administrarem a instituição. Porém, elas não assumiram os trabalhos na cidade.

Normal Senador Hermenegildo Lopes de Moraes, destinado à formação feminina. Já o ano 1968 demarca o encerramento das atividades das Agostinianas na cidade.

A presente pesquisa busca compreender a seguinte questão: como se deu a instalação da *Escola Normal Dr. Hermenegildo Lopes de Moraes* em Morrinhos, no período de 1939 a 1968, demarcando o seu vínculo com os interesses da Igreja Católica quanto à educação feminina e suas práticas?

Assim, objetivo geral da pesquisa é analisar o vínculo entre a criação da *Escola Normal Dr. Hermenegildo Lopes de Moraes* em Morrinhos, no período de 1939 a 1968, com o projeto educacional católico para a formação de meninas. Nessa direção, esta pesquisa intenta trazer contribuições para a História da Educação murrinhense e goiana, visto que reconstrói a trajetória de uma instituição dirigida por uma congregação religiosa que deixou marcas na educação das mulheres goianas, disseminando cultura com marcas do catolicismo e do conservadorismo.

Esta pesquisa caracteriza-se como documental e se orienta pelas contribuições teóricas de Le Goff (1992) e Mogarro (2005). Considerando Le Goff (1992), que afirma que fatos e documentos não falam por si mesmos, fazendo-se necessário que os pesquisadores os interpretem, desvelando como foram produzidos, busca-se compreender o que foi silenciado e o que foi selecionado para ser dito e esquecido. Enfim, trabalha-se com o princípio de que os arquivos são produtos da sociedade, conforme relações de força em cada situação documentada. Para tanto, realiza-se um rastreamento de fontes, objetivando encontrar informações que desvelassem o interior da escola, levando em consideração o contexto social, jurídico, político, cultural e espiritual, sobretudo, enquanto instrumento de poder e testemunho.

2 O MOVIMENTO ULTRAMONTANO

O pensamento da Igreja Católica no século XIX estava centrado principalmente nas propostas ultramontanas, movimento também conhecido como *Catolicismo Romanizado*. Do latim *ultramontanus*, o termo diz respeito aos fiéis que atribuíam ao Papa um importante papel na direção da fé e no comportamento do homem. Desde a Idade Média, o termo já era utilizado quando se elegia um Papa que não era de origem italiana, que significava “além dos montes”. Entretanto, “[...] o nome tomou outro sentido a partir do século XIV, quando foram postulados, na França, os valores do galicanismo, que defendia o princípio da autonomia da Igreja francesa com relação ao papado”. (LAGE, 2011, p. 35)

De acordo com Neto (1998), a história do galicanismo confundiu-se por muito tempo com a história da Igreja na França. Ele se contrapõe ao ultramontanismo, definindo um conjunto de doutrinas e limitando atitudes da sociedade a respeito das relações entre o poder temporal e a esfera

espiritual. Durante a Revolução Francesa, o galicanismo sofreu uma mudança teórica e, no século XIX, apareceu junto ao processo de secularização e subalternização da Igreja ao poder civil.

No início do século XIX, devido aos constantes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência com relação ao Estado. Consequentemente, foi atribuído outro significado ao termo ultramontanismo, que aparecia como uma espécie de anticorpo ao mundo moderno, desenvolvendo uma orientação política marcada pelo centralismo romano, o fechamento da Igreja sobre si mesma e a rejeição do contato com as novas ideias.

Lage (2011) demonstra que as ideias ultramontanas podem ser encontradas em diversos documentos, como bulas papais, pastorais, episcopais; e livros ou jornais católicos, produzidos ao longo do século XIX. Segundo a autora, todos esses documentos tiveram como objetivo expressar o pensamento predominante nos quadros eclesiásticos da época, e, também, a pretensão de doutrinação dos fiéis.

Os principais documentos papais que anunciavam o pensamento centralizador ultramontano foram as encíclicas⁴ dos papas Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). A maioria desses documentos demonstra claramente a luta contra o mundo moderno, sendo que a Igreja Católica apontava o período medieval como um modelo a ser seguido. (GONÇALVES, 2004) Para a Igreja Católica, o mundo moderno, secularizado, representava um grande perigo para a salvação da alma, visto que se fundamentava na liberdade política e de pensamento. No seu entendimento, era um mundo que não seguia os preceitos católicos, e “[...] tal controle só retornaria com a implantação e aceitação dos princípios ultramontanos e, principalmente, numa estrutura articulada pela manutenção e pelo fortalecimento do controle do sistema educacional”. (LAGE, 2011, p.36)

Contra o mundo moderno, o Papa Pio IX defendeu a manipulação da ciência, da educação e da cultura. Para ele, um dos piores erros do seu tempo era o Liberalismo e os liberais, pois, “[...] enquanto temerariamente afirmam essas coisas, não pensam nem consideram que eles anunciam a liberdade da perdição”. (LAGE, 2011, p. 37)

Para resolver essa situação, Pio IX organizou o Concílio Vaticano I (1869-1870), durante o qual se anunciou infalibilidade papal, reforçando a ideologia medieval de que a força e a solidez da Igreja estariam no poder concedido por Cristo a São Pedro, e deste aos seus sucessores. Na compreensão de Lage (2011), essa atitude era uma forma de controlar as divisões no seio da administração do próprio clero, delimitando, assim, o poder dos bispos e os poderes políticos locais.

⁴ “Encíclica é um documento de caráter oficial, oriundo da suprema instância eclesial, cujo alcance universal deriva tanto de seu conteúdo quanto de seus destinatários. Documento típico da época moderna, sua temática não costuma ter caráter dogmático, nem intra-eclesial”. (GONÇALVES, 2010, p. 73)

Nesses termos, o movimento ultramontano surgiu para salvaguardar o poder da Igreja Católica, desencadeando uma série de mudanças internas na Igreja e em relação aos fiéis. De acordo com Gonçalves (2004, p. 70-71), “[...] o Concílio Vaticano I buscou sob uma nova base social, político e econômica implementar o projeto tridentino, nesse sentido, é que se afirma que Trento inaugura a possibilidade da Igreja romanizada, ou ultramontana”.

Pires (2009) traz um dado importante sobre a encíclica *Ubi Primum Arcano*, dedicada à disciplinarização da Igreja. Nela, Pio IX defende a criação de institutos que corporificariam o ideal de conduta eclesial padrão, as ordens confessionais e sua predisposição ao missionarismo, bem como seus sistemas de educação, os “borrifadores do aroma do Salvador”. (PIRES, 2009, p. 67)

No Brasil, o processo de romanização da Igreja transcorreu de meados do século XIX até meados do século XX, quando se defenderam diretrizes e orientações da Santa Sé, da Cúria Romana. A nova Igreja buscava inspiração na Reforma Tridentina, reforçada pelo ultramontanismo do Concílio Vaticano I, com características clerical, sacramental, com ênfase no aspecto doutrinário da fé. (AZZI, 2011) Segundo o autor, a própria Santa Sé defendeu implantar esse modelo na América Latina, especificamente no Brasil, no período do pontificado de Pio IX.

Durante o governo de D. Pedro II, com o aumento das tendências liberais, procurou-se escolher, para as sedes episcopais, sacerdotes que se destacassem pelo total afastamento da vida política. A política monarquista estava de acordo com as orientações da Santa Sé. Nesse contexto, nascia o movimento dos bispos reformadores, cujo pioneiro foi D. Antônio Ferreira Viçoso, designado bispo de Mariana, em 1844. Enquanto promotores da reforma, os bispos perceberam que melhor a realizariam com a colaboração de religiosos provenientes da Europa e com a formação de um novo clero. (AZZI, 1983)

Os primeiros a chegarem foram os lazaristas franceses, ainda durante os anos 40. Também os jesuítas que estavam reingressando no país pelo Sul, numa forma camuflada, passariam a constituir progressivamente baluartes importantes nesse movimento [...] merecem ser lembrados os capuchinhos da Sabóia, que assumem a direção do seminário de São Paulo sob o bispo reformador D. Antônio Joaquim de Melo. (AZZI, 2011, p. 17)

Azzi (2011) afirma que, com a Proclamação da República em 1889, o governo decretou a separação entre Igreja e Estado, tornando, paradoxalmente, mais acentuado o vínculo da Igreja do Brasil com a Cúria Romana. A organização da Igreja multiplicou o número de dioceses com a divisão do Brasil em províncias eclesiásticas e sucessivas assembleias episcopais. De acordo com o autor, de fato, a separação entre Igreja e Estado proporcionou a vinda de inúmeros institutos religiosos para o Brasil.

Gonçalves (2004) explica que o movimento de romanização significou a adesão a princípios que conferiam poderes plenos ao Papa em qualquer nacionalidade, e tinha como propósito recatolicizar a sociedade, valorando os princípios doutrinários da Igreja. Nesse processo, a presença de ordens e congregações religiosas foi fundamental para Igreja.

3 CONGREGAÇÕES AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS

Sobre a origem da Congregação das Agostinianas e suas ramificações, buscou-se informações no livro “Las Agustinas Misioneras”, organizado por Alonso (1985), publicado na Espanha pela própria Congregação. Segundo o autor, a Congregação das Agostinianas Missionárias é uma versão feminina da Ordem Agostiniana, mas com características próprias. Ambas têm sua espiritualidade em Santo Agostinho, que nasceu no século IV, na pequena cidade de Tagaste, na África. A vida de Agostinho se iguala à vida de muitos homens e mulheres contemporâneos: “Suas angústias, suas lutas, seus anseios, seu desejo de vencer, garantindo que sua vida serve para muita gente que sofre, procura e perde-se em confusões e não encontra o caminho de Deus”. (SAMPAIO; ROSA, 2016, p. 18)

A Congregação das Agostinianas Missionárias seguiu as pegadas de Agostinho, com a pretensão de busca da verdade, do amor na sua totalidade, sempre de coração aberto para o chamado do Espírito,

[...] para seguir a Cristo por meio da Educação e Promoção Humana, dando atenção especial aos ambientes pobres, às crianças, aos adolescentes e jovens, hospitais, sem uma palavra de conforto; aos idosos que vivem nos asilos; aos analfabetos e a tantos outros necessitados do Brasil e do mundo. (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 18)

Seguindo fielmente seu carisma, as comunidades agostinianas são constituídas em função da missão.

É evidente o ambiente comunitário de acolhida, alegria, confiança e amizade existentes entre nas comunidades: isso cria autênticas relações fraternas. O estilo de vida das comunidades é marcado pelo espírito de Santo Agostinho. A Agostiniana Missionária, de acordo com cada mentalidade de cada época, através da sua ação educativa, tenta responder com fidelidade às exigências amorosas do Pai: revelar a todos os homens e mulheres sua condição de filhos e filhas de Deus e tornar presente o Reino, pela fraternidade universal, a justiça e a paz. (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 18)

Conforme Alonso (1985), a Congregação das Agostinianas Missionárias tem como fundadora Dona Maria Agustina Tardá, natural de Sallent, província de Barcelona e diocese de Vich, nascida em 24 de junho de 1643. Viúva, desejou viver com mais recolhimento e se determinou a vestir o hábito de “mantelata” ou “beata”. Esse ato concretizou-se em 7 de dezembro de 1677. Assim, Maria

Agustina Tardá inaugura o livro das “Profissões das Beatas”, em uma série que dura ininterruptamente por séculos.

A instalação das Irmãs Agostinianas Missionárias no Brasil foi por meio de uma longa e difícil negociação entre as autoridades eclesiásticas brasileiras e espanholas. As negociações eram feitas apenas por homens: bispos e padres. As madres superiores da Congregação eram comunicadas sobre as decisões tomadas pelo prelado e ficavam responsáveis apenas pela execução da missão.

Como descreve Alonso (1985), diante desses termos, a madre geral convocou uma reunião definitiva para designar o pessoal que viria a fundar o colégio em Rio Verde. Assim, em 24 de outubro de 1920, procedeu-se a votação secreta para a designação do pessoal, dentre elas: sóror Elena Cayarga, sóror Carmen Bronchal, sóror Mercedes Iriarte, sóror Natividad Gorrochátegui, sóror Juana Larrañaga, sóror Maria Paz Hernández e sóror Lucía González.

Após negociação, definiu-se a disposição de quatro religiosas para irem a Rio Verde. No entanto, nesse momento, os agostinianos de Catalão se moveram com entusiasmo para conseguir as agostinianas para aquela paróquia. Alonso (1985) afirma que eles eram formados por um grupo de grande estrutura moral, destacando-se a figura Mons. Francisco Ignácio de Sousa, sacerdote do clero secular, que dirigia um colégio paroquial, anexo ao colégio paroquial dos Agostinianos, chamado Colégio Sagrada Família. Destacaram-se, nessa negociação, Randolpho Campos, intelectual, periodista e autor de publicações; e os irmãos Dirceu Victor Rodríguez e Victorita Victor Rodríguez. A proposta da segunda fundação, em Catalão, efetuar-se-ia porque Mons. Francisco Ignácio de Sousa teria dado à mitra um terreno para a fundação de um colégio para meninas, que deveria levar o nome de “Nossa Senhora Mãe de Deus”.

Segundo Alonso (1985), o atraso da viagem de Mons. Alberti à Espanha favoreceu os agostinianos de Catalão⁵. Assim, madre Casas recebeu ordem especificando que a província recebera uma boa quantia em dinheiro do bispo de Goiás, através dos agostinianos de Catalão, para financiar a viagem de quatro irmãs, que deveriam embarcar o quanto antes. Essa notícia, segundo Alonso, fez com que se precipitassem os acontecimentos e a fundação fosse criada primeiro em Catalão, ainda que tivesse sido idealizada como segundo plano.

A nova situação obrigou a novos reajustes do pessoal, assim como novos critérios. Sendo assim, elegeu-se sóror Natividad Gorrochátegui como superiora, sóror Mercedes Iriarte como vice-superiora, sóror María Paz Hernández como mestre de classes, sóror Esperanza Garrido como secretária, e sóror Inés López para os afazeres domésticos.

⁵ A fundação em Rio verde se concretizou em 1922. No entanto, com a morte de Mons. Bruno Alberti em 1925, as irmãs avaliaram e deixaram a fundação desta cidade. Somente em 1942 elas retornam à cidade para dar continuidade à missão educacional. (ALONSO, 1985)

Imagem 1- As Fundadoras no Brasil

Fonte: Disponível em: <http://www.agostinianas.com.br/congregacao/quem-somos>.

Alonso (1985) explica que, em 28 de dezembro de 1920, o administrador apostólico de Calahorra confirmou o decreto formal de concessão de permissão para a transferência das religiosas ao Brasil. Enquanto isso, madre Casas pediu ao bispo de Goiás, através dos agostinianos, o documento formal de aceitação em sua diocese, para a casa em Catalão, das cinco religiosas. Dom Prudêncio Gomes da Silva concedeu o documento formal em 13 de janeiro de 1921.

De acordo com autor, as irmãs embarcaram em Barcelona em 23 de janeiro de 1921, em companhia do padre agostiniano Lorenzo M. Liébana. Antes da partida, a madre geral entregou uma carta para o vigário provincial dos agostinianos do Brasil, Francisco M. Girón. Finalmente, as cinco irmãs partiram para a nova empreitada religiosa, com o seguinte lema de Santo Agostinho: “Senhor completa em nós o que prometeste. Termina o que começaste. Cuida dos dons que nos deste e faz crescer em teu campo a semente que plantaste”. (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 22) Ao chegar ao Brasil, padre Girón entregou à madre Natividad o documento original das regulamentações do contrato de colaboração com a diocese, cuja cópia, segundo Alonso (1985), encontra-se na Espanha. Consta na obra de Sampaio e Rosa (2006) a descrição da viagem das religiosas, que teve duração de 26 dias. A primeira parada foi no Porto dos Santos, em 17 de fevereiro de 1921, onde foram acolhidas pelo Mons. Sousa, que as aguardava no cais. Após liberada sua entrada no Brasil, elas foram para São Paulo, onde descansaram e se prepararam para embarcar no trem de ferro até Uberaba, Minas Gerais. Lá, pegaram outro trem até Araguari, também em Minas Gerais, onde pernoitaram em uma pensão. No dia seguinte, embarcaram em um trem até Goiandira, Goiás, a 14 km de distância de Catalão.

Em Goiandira, as religiosas foram acolhidas pela família de Maria das Dores Campos, mais conhecida como Dona Mariazinha, que serviu às Irmãs o almoço, para, mais tarde, elas finalmente embarcarem para Catalão. Segundo Rosa e Sampaio (2006),

Quando o trem chegou na estação, uma grande multidão aguardava ansiosamente a chegada das Irmãs. Políticos, lideranças da comunidade, famílias inteiras, curiosos se acotovelavam para ver primeiro o que era e como era uma freira. Ao descerem do trem, elas foram cumprimentadas pelas pessoas com palmas, foguetes, flores e músicas, ao que responderam com leves sorrisos e meneios de cabeça. Da estação, acompanhadas da população, seguiram a pé, até o velho casarão do coronel Roque, atual Avenida 20 de Agosto, número 35, ao som da banda de música do Pirahy e seus dobrados. (ROSA; SAMPAIO, 2006, p. 26)

Na citação acima, percebe-se que existe um “estranhamento” do outro. Quando as irmãs Agostinianas chegaram em Catalão, a população expressou curiosidade em saber como elas eram. Sendo assim, apela-se para o recurso antropológico. Segundo Laplantine (1996, p.21), “[...] aquilo que tomávamos por natural em nós mesmo é, de fato, cultural; aquilo que era evidente é infinitamente problemático”. Trata-se, pois, do impacto provocado pelo encontro das culturas, levando em consideração a mudança do olhar que se tinha sobre si. Segundo o autor, o aprisionamento de uma cultura própria faz com que não se consiga enxergar outras. Por conseguinte, a experiência da alteridade faz com sejam elaborados questionamentos sobre os próprios costumes. Dessa forma, ao questionar a própria cultura, são elaboradas novas formas de viver, organizar. Para Laplantine (1996), consegue-se diferenciar uns dos outros; recriam-se costumes, línguas, modos de conhecimento, instituições.

Não há dúvidas de que a presença das Agostinianas em Catalão, com seu trabalho educacional, influenciou os modos de viver da população, assim como a cultura catalana também influenciou as irmãs. As irmãs construíram e reconstruíram suas vidas, disseminando o carisma da congregação, sua cultura e seus ensinamentos religiosos através da educação, tanto em Catalão como em outros municípios do estado, com destaque para Morrinhos.

4 AS AGOSTINIANAS EM GOIÁS: DE CATALÃO PARA OUTRAS REGIÕES

Segundo Sampaio e Rosa (2006), Mons. Sousa transferiu-se para a cúria de Goiás como vigário capitular, e fez doação de todo seu patrimônio à mitra, incluindo seu casarão, que, posteriormente, seria residência das Irmãs Agostinianas e *Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus*. A primeira residência “[...] era um casarão antigo [...] era uma construção colonial, com janelões e portas de madeira, assoalho e tábuas largas, escadas laterais externas, para se ter acesso à parte inferior, telhas comuns, sem forro”. (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 28) Ainda segundo as autoras, o casarão estava fechado havia dias, e, como não tinha forro, estava infestado de morcegos.

Para Sampaio e Rosa (2006), as Irmãs Agostinianas foram heroínas, pois lidaram com entraves do idioma; adaptaram-se aos costumes da pequena cidade, às leis brasileiras, às comidas

exóticas, à luz de lampião e querosene, ao comércio acanhado, às ruas lamacentas, onde trafegavam carros de bois; enfim, ao estilo da época.

Segundo Alonso (1985), as atividades do colégio iniciaram-se em 1º de julho de 1921, atendendo 26 alunas, com arrecadação de 2.000 réis mensais. Para a superiora sóror Natividade Gorrochátegui, foi “[...] desanimador este começo. Deus logo fará crescer”. (ALONSO, 1985, p. 243) Já Sampaio e Rosa (2006) afirmam que o ano letivo de 1922 começou com 50 alunas externas e 3 internas. Quanto à rotina escolar, descrevem:

[...] das onze as quatorze horas eram ministrados os conhecimentos formais de português, matemática e alfabetização, seguido por meia hora de recreio e uma hora e meia de trabalhos manuais, orações e cânticos. Os primeiros professores do colégio foram: três das cinco irmãs, Natividade Gorrochátegui (aulas de música e Religião), Esperança Garrido (aulas de Trabalhos Manuais, Ginástica e Desenho) e os leigos Dirceu Victor Rodrigues (aulas de Physica, Chimica e História Natural), Randolpho Campos (Arithmética e História Universal) e Victoricta Victor Rodrigues (aulas de Portuguez, Francez e Geographia). (SAMPAIO; ROSA, 2006, p. 49)

Cabe ressaltar que, apesar do pessimismo demonstrado no início pelas irmãs, o *Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus* desenvolveu-se e ganhou fôlego com a instalação do Curso Normal, em 1925, pelo Decreto nº 799, e, posteriormente, com criação do Curso Ginásial, em 1937. (SAMPAIO; ROSA, 2006)

A presença das Agostinianas na cidade de Morrinhos constitui-se um capítulo importante da ação da Igreja Católica na instrução goiana. Elas acolheram o chamado do arcebispo de Goiás; assumiram a direção de uma Escola Doméstica; criaram um Curso Primário, um Jardim da Infância e um Curso Normal nessa cidade, segundo suas palavras, “guiadas pelo ardente zelo da religião e instrução”. (ESTATUTO, 1939)

Em 1934, Maria Amabini de Moraes, viúva do Senador Hermenegildo Lopes de Moraes, doou à mitra da Arquidiocese de Goiás uma casa e um terreno para fundar uma Escola Doméstica. Para a direção dessa instituição de caridade, o arcebispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira convidou as Irmãs Agostinianas, em 1937, que, após analisarem as condições especificadas no documento de doação, resolveram aceitar a proposta. Em março de 1937, a casa começou a funcionar.

De acordo com Alonso (1985), as irmãs comunicaram ao prelado sobre a instalação de uma casa religiosa em Morrinhos, a qual se chamaria “Dr. Hermenegildo Lopes de Moraes”. Para fundar o colégio, foi enviada a irmã Teresa Casas, como superiora; e sóror Maria Rita Bretas, como diretora. Esse fato se confirma na ata de distribuição de diplomas da primeira promoção, de 26 de novembro de 1939.

Com o intuito de sustentar a escola doméstica, obra de beneficência, e difundir a instrução, as irmãs criaram, também, um Curso Primário e um Jardim da Infância. Logo após o encerramento das

atividades da Escola Normal de Morrinhos, em 1939, a escola das Agostinianas passou a oferecer o Curso Normal, como escola apenas de meninas, sob a denominação *Escola Normal Dr. Hermenegildo Lopes de Moraes*. Essa instituição, popularmente conhecida como *Colégio das Freiras*, ficou com a responsabilidade de educar meninas, as quais se tornariam boas mães, esposas e disseminadoras dos bons costumes, pautados na moral católica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho procurou demonstrar como se deu a educação feminina no Curso Normal da *Escola Normal Senador Hermenegildo Lopes de Moraes*, administrada pela Congregação das Agostinianas Missionárias. Essa instituição tinha por missão formar jovens da região Sul de Goiás a partir dos valores católicos, com o intuito de difundir junto às famílias e sociedade preceitos do catolicismo romanizado.

Assim, as mulheres, quando ingressavam no mercado de trabalho, direcionavam-se para a área de cuidados maternos, como se fosse um dom. O Curso Normal era indicado para as mulheres, visto que se tomava o magistério como uma atividade recomendada. Nesse sentido, a Igreja cumpriu um papel social importante ao ofertar, em suas escolas, uma formação que reforçava características como dedicação, vigilância e cuidado, enfatizando a obediência e a docência como sacerdócio, e não como profissão.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Carlo. *Las Agustinas Misioneras (1883-1971)*. Editora. Valladolid: Estudio Agustiniano, Espanha, 1985.

ALVES, Miriam Fábila. *Política e Escolarização em Goiás - Morrinhos na Primeira República*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2007. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/miriam-fabia-alves-tese-ufmg-pdf-d104495822>>. Acesso em 05/11/2014.

AZZI, R. e KLAUS, G. van der. *História da Igreja no Brasil – Tomo II 3/2 - Terceira Época – 1930 – 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

AZZI, R. *História da Educação Católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas*. São Paulo: Loyola, vol. 1, 1996.

AZZI, Riolando. *A igreja Católica na Formação da sociedade brasileira*. São Paulo Editora. Santuário, 2011.

GOMES, Calil. S. ALMEIDA, Jane S. *A educação feminina a luz da missão educativa da Igreja Católica: As Irmãs Beneditinas de Tutzing em Sorocaba*. Revista Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 5, n° 13, p. 157-178, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/viewArticle/4068>, acessado: 10/01/2015.

GONÇALVES, Ana Maria. *Educação Secundária Feminina em Goiás: Intramuros de uma Escola Católica (Colégio Sant' Anna- 1915/1937)*. Tese de doutorado- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, São Paulo, 2004.

LAGE, Ana Cristina P. *Conexões Vicentinas: Particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas*. Tese (doutorado em educação) UFMG, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. *Revista brasileira de história da educação*, n°10 jul./dez,2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/169>, acesso: 15/07/2014.

PIRES, Pimenta. *Das mortificações da carne ao governo da alma: Igreja, Modernidade e Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) USP/SP, 2009.

SAMPAIO, M. G. R. ROSA, E.M.S. *História que se torna vida: Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus*. Gráfica São João, 2006.